



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

REGINA MASCARENHAS DOS SANTOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA BEKWYNHMEITI

**SÃO FÉLIX DO XINGU – PARÁ
2019**

REGINA MASCARENHAS DOS SANTOS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA BEKWYNHMEITI**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Federal do
Pará como requisito parcial para
obtenção do grau em Licenciatura Plena
em Pedagogia, sob a orientação da
Prof.^a MSc. Cleide Santos de Sousa

**SÃO FELIX DO XINGU- PARÁ
2019**

REGINA MASCARENHAS DOS SANTOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA NOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA BEKWYNHMEITI

BANCA EXAMINADORA

Cleide Santos de Sousa

Prof.^a Msc. (orientadora)

Ivanilce Gonçalves de Melo

Prof.^a Msc.
1º Examinador

Dilcilene da Silva Menezes

Prof.^a Msc.
2º Examinador

Aprovado em: 25/02/2019

Conceito: Excelente

SÃO FELIX DO XINGU - PA

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus colegas de sala que sempre me apoiaram não me deixaram desistir do curso, aos meus pais que me auxiliaram em pequenas coisas, ao meu esposo que nunca me deixou desistir de estar ao meu lado, aos parentes e amigos que me deram incentivo e apoio para enfrentar as dificuldades encontradas a cada dia nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, que me abençoou e acompanhou todos os dias, observando as minhas dificuldades e me mantendo forte para que no dia seguinte eu esteja em pé para alcançar mais uma batalha.

As meus pais, Maria Mascarenhas e Francisco Pereira que me incentivaram, e me ajudaram.

As minhas irmãs, Daiane, e Leilane que me ajudaram em diferentes situações, hoje me vejo como um incentivo a elas.

Ao meu esposo, Elinor dos Reis que me ajudou bastante na oportunidade, se não fosse por eles, eu não estaria aqui literalmente, foi ele que correu atrás de todos os procedimentos para eu estar inserida no curso, também estava comigo o tempo todo, me apoiando sempre dedicado a ouvir o que acontecia a cada dia de aula, os autores, os ideais de cada um, passamos noites em claro juntos nos trabalhos.

Aos meus professores, que perderam dias de viagem deixando seus filhos, pais e maridos para ajudar os que eles mal conheciam para reportar seus conhecimentos, vendo a mesma sua transformação profissional, porém no final de cada semana obtiveram novos amigos.

Aos meus amigos, que juntos enfrentamos anos de lutas, dedicações, emoções, paixões, traições e verdades, mais conseguimos passar por cima de tudo para alcançar nossos objetivos.

Não poderia deixar de agradecer a minha orientadora, Msc Cleide de Sousa um agradecimento especial por ter aceitado me orientar nesta conquista, a subcoordenadora do curso de licenciatura de pedagogia Karla, que muito contribuiu durante toda a nossa jornada acadêmica.

Enfim, minha eterna gratidão a todos que contribuíram direta e indiretamente para que esta conquista da graduação fosse possível.

“Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurecem de repente, aos vinte e cinco anos, a gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo e vir a ser”. Paulo Freire

RESUMO

A presente monografia, trata-se de descrever as práticas pedagógicas da educação escolar diferenciada nos anos iniciais na comunidade Apexti, com base no currículo diferenciado produzido pelos professores indígenas e não indígenas. A metodologia utilizada foi a qualitativa, com dados coletados a partir da entrevistas, análise de documentos e observações realizadas na mesma comunidade. As entrevistas foram realizadas com alguns moradores, professor indígena e não indígena e lideranças indígenas da comunidade, que relataram o processo de formação docente, em seguida, alguns aspectos pertinentes aos professores indígenas e não indígenas tais como: dificuldades nos trabalhos e exercícios escolares, pois a cultura do dia a dia e o meio social dessa nação são muito forte, prejudicando em diferenciada na comunidade. O objetivo geral é voltado para o processo de ensino aprendido desenvolvido na aldeia Apexti, analisando a escola enquanto aspectos físicos, estruturais e as suas necessidades, através das práticas pedagógicas na educação escolar diferenciada da escola Bekwynhmeiti. Os objetivos específicos constituem em observar as práticas docente na educação escolar diferenciada na escola Bekwynhmeiti. Identificar como ocorre o processo de ensino aprendido dos alunos na educação escolar diferenciada. Discutir a importância da prática pedagógica na educação escolar diferenciada nos anos iniciais. A educação indígena, parte das concepções Jesuíticas, e as reformas na Constituição Federal de 1988 algumas situações o desenvolvimento dos alunos, os problemas da formação e apoio pedagógico dos coordenadores e secretarias de educação, e por fim apresenta-se os resultados obtidos na comunidade com a ampliação da escola, sendo elas positivas ou negativas na escola BEKWYNHMEITI.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Pedagógicas - Educação Diferenciada – Aldeia Apexti

ABSTRACT

This monograph deals with describing the pedagogical practices of differentiated school education in the initial years of the Apexti community, based on the differentiated curriculum produced by indigenous and non-indigenous teachers. The methodology used was qualitative, with data collected from the interviews, analysis of documents and observations made in the same community. The interviews were carried out with some residents, indigenous and non-indigenous teachers and indigenous community leaders, who reported on the teacher training process, and then some aspects pertinent to indigenous and non-indigenous teachers such as: difficulties in school work and exercises, the day-to-day culture and social environment of this nation are very strong, damaging in differentiated in the community. The general objective is focused on the learning process developed in Apexti village, analyzing the school as physical, structural aspects and their needs, through the pedagogical practices in the differentiated school education of the Bekwynhmeiti school. The specific objectives are to observe the teaching practices in the differentiated school education in the Bekwynhmeiti school. Identify how the learning process of students in differentiated school education occurs. To discuss the importance of pedagogical practice in differentiated school education in the initial years. Indigenous education, part of the Jesuit conceptions, and reforms in the Federal Constitution of 1988 some situations the development of students, problems of training and pedagogical support of coordinators and secretaries of education, and finally presents the results obtained in the community with the expansion of the school, whether positive or negative in the BEKWYNHMEITI school.

KEY WORDS: Pedagogical Practices - Differentiated Education – Aldeia Apexti

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- LDB-** Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- SPI** -Serviço De Proteção Ao Índio.
- FUNAI** -Fundação Nacional Do Índio.
- CIMI** -Conselho Indígena Missionário.
- SFX** -São Felix Do Xingu.
- CTI** - Centro de Trabalho Indigenista.
- OPAN** -Operação Amazônica Nativa.
- ISA** - Instituto Sócio Ambiental.
- ICEB** -Igreja Cristã Evangélica no Brasil.
- CPI** -Comissão Pró-Índio.
- PDDE** - Programa Dinheiro Direto Na Escola.
- SIL** -Sociedade Internacional de Linguística.
- MICEB** - Missão Cristã Evangélica no Brasil.
- IDEB**- Índice de Desenvolvimento Da Educação Básica.
- SESAI** - Secretaria Especial da Saúde Indígena.
- MEC**- Ministério da educação.
- LDBEN**- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- KKM**- Kokrâxmrô
- KKT**- Kikretum
- EPA**- Estado do Pará.
- MT**- Mato Grosso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS	16
1.1. Reflexões Históricas	16
1.2. A Escola Indígena e a Legislação Educacional Brasileira.....	19
1.3. Práticas Pedagógicas No Contexto Escolar Indígena	27
2. O POVO MEBÊNGÔKRE KAYAPÓ RECORTE HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO SOCIO- CULTURAIL	32
2.1. A História do Mebêngôkre no Brasil.....	32
2.2. A vivência dos povos indígenas Mebêngôkre	36
3. EDUCAÇÃO DIFERENCIADA NA COMUNIDADE APEXTI: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	39
3.1. O Processo de Construção da Comunidade Apexti	39
3.2. Prática Pedagógica Aplicada ao Corpo Docente Comunidade Apexti ..	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
GLOSÁRIO	54
ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, abordará a população indígena sobretudo do município de São Felix do Xingu, retirado a aproximadamente 1.042 km da Capital do estado, Belém. O objetivo principal aqui é conhecer sobre a cultura, identidade, costumes e adentrar na história de vida dos nossos povos, sobretudo no que se refere a educação e/ou inclusão, dos povos da aldeia Apexi.

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, registrou-se o estado do Amazonas como a região com maior concentração de indígenas, chegando a um percentual de 29,017 índios distribuídos no município de São Gabriel da Cachoeira. De acordo com o mesmo censo no estado do Pará existe trinta e dois (32) povos, com cerca de 16.000 índios, sendo que a maioria desses grupos falam línguas dos troncos Macro-jê, Tupi e Karib.

Os indígenas vêm sofrendo ao longo do tempo, com o preconceito, muitas vezes precisam se anular, renegando suas origens e até mesmo sua identidade para poder circular na cidade em meio aos brancos. Com base em Loureiro (2009, p. 130), a questão indígena mistura-se a elementos abstratos que se encontram enraizados no imaginário coletivo, tais como o mito da assimilação, o preconceito contra o índio, ou a ideia de que o índio somente teria a ganhar ao integrar-se à sociedade nacional.

Face a essa complexidade, não é estranho que, muitos brasileiros, a integração do índio à “sociedade nacional” não se afigure como uma forma de dominação ou violência, mas como um processo “natural” e necessário de assimilação do índio à chamada sociedade nacional, como um prosseguimento histórico de integração de etnias em que se fundaria o povo mestiço brasileiro. Essa concepção, embora simplista não é de todo infundada, até porque o mestiço – hoje idealmente representado pelo pardo – diferentemente do negro e do branco, não veio de fora e encarnaria, para muitos, o resultado concreto dessa miscigenação de etnias pretendida desde o século XIX e já particularmente concretizada. (LOUREIRO, 2009, p. 130).

Conforme percebeu Loureiro, o Brasil é um país miscigenado, onde na maioria das vezes os povos indígenas, encontram dificuldades ao se relacionar fora de seu ambiente natural, porém a autora dá ênfase, que diante desse

contexto deveria ser “natural” essas misturas de raças, visto que temos várias culturas inclusas em um país só. Retomando a fala da autora, e direcionando-a para os povos indígenas Kayapó do município de São Felix do Xingu, aos quais são temas centrais desse trabalho, percebemos com riqueza de detalhes, o quanto os mesmo se anulam em termos de suas próprias identidades, para cada vez mais, parecem com os “brancos”, modificam as vestimentas, calçados, até mesmo a sua língua materna é deixada de lado.

É importante lembrar que na Amazônia, concentra-se a maior parte da população indígena brasileira, onde seria impossível tratar da questão dos mesmos sem antes falarmos sobre esse estado. Como se sabe, o estado do Amazonas possui várias biodiversidades, e corresponde a aproximadamente 80% da Pan-Amazônia, e mais de 50% do território brasileiro, cobrindo em torno de 4.500.000 km² de sua área. Nela situa-se a maior bacia hidrográfica, com o maior rio do mundo, tanto em extensão como em volume d’água, sobre o ponto de vista natural, a Amazônia é caracterizada como a mais rica biodiversidade do mundo. Violeta Loureiro percebe sobre essa biodiversidade e cita:

Ao considerara a natureza como parte indissociável da vida em geral e da cultura em particular, as populações tradicionais da região – índios, quilombolas, pescadores artesanais, seringueiros, castanheiros e outros segmentos – mantêm com ela uma articulação profunda e permanente evolução. Dessa relação desenvolveu-se um vasto conhecimento sobre a natureza. Populações tradicionais identificam, designam e classificam as inúmeras espécies vegetais segundo utilização como alimento, uso medicinal, como corantes para pinturas e inúmeros outros. Coletam frutos, raízes e sementes, experimentavam variedades e sobretudo, trocam experiências com outros grupos e garantem assim a conservação da variedade da natureza. [...] é graças a essa relação natureza/cultura que, ao longo dos séculos, as populações tradicionais, os índios em particular, intensificaram e diversificaram a natureza até ela alcançar o estágio atual. É recente o conhecimento de que a biodiversidade amazônica não é o resultado espontâneo da natureza, mas um esforço milenar da ação do homem sobre a natureza, no exercício de plantar, jogar sementes, trabalhar o solo, acumular resíduos sobre o solo, atentar para os movimentos da natureza etc. (LOUREIRO, 2009, p. 153).

Segundo a autora, a biodiversidade Amazônica não é resultado natural da natureza, mas sim um árduo trabalho do homem em plantar e trabalhar no solo, mas também um resultado da natureza e cultura, visto que uma depende da outra. Stuart Hall (2015, p. 30) afirma que as culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas as tribos, ao povo, a religião e a região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, a cultura *nacional*.

Depois de compreendermos um pouco sobre o preconceito que permeia os povos indígenas, e onde estão localizados, proponho-me a redirecionarmos o nosso olhar para a educação indígena, onde é o tema principal e recorrente nessa pesquisa. Diante disso vale ressaltar que no Brasil, a educação escolar indígena é fruto de uma intervenção de cinco séculos, caracterizada por encaminhamentos distintos das relações entre o Estado Brasileiro e os povos indígenas, construindo uma história na qual se pode reconhecer duas tendências a da chamada integração e homogeneização cultural, e a do pluralismo cultural.

Tal reflexão, despertou o questionamento acerca de como a educação indígena vem sendo desenvolvida na comunidade APEXTI, comunidade essa que concentrou por muitos anos um total de 15 famílias e 127 pessoas ao todo, até vir a ser destruída pelos próprios indígenas de outra aldeia. Nessa vertente as práticas pedagógicas da educação escolar diferenciada e voltadas para os anos iniciais do ensino fundamental na escola Bekwynhmeiti, situada na mesma aldeia.

A escolha que permeia a temática dessa pesquisa “*práticas pedagógicas na educação escolar diferenciada nos anos iniciais na escola Bekwenhmeiti no município de São Felix do Xingu-PA*”, por atuar na escola na comunidade indígena”, sendo uma das professoras a trabalhar com os anos iniciais, faz-se necessário aperfeiçoar meus conhecimentos na prática de ensino e aprendizagem dos meus alunos. Em meios a vários problemas que a escola indígena passa a prática de ensino a ser utilizada para obter melhor êxito deve ser voltada para a realidade dos alunos desta comunidade.

Verifico ainda mais, que na escola da aldeia, os educandos indígenas sentem muitas dificuldades de aprender a Língua Portuguesa e percebo que a prática pedagógica na educação escolar diferenciada deve ser significativa para

que esses alunos possam aprender a linguagem de uma forma mais agradável e consigam ser alfabetizados mais rápido.

A temática traz várias expectativas e curiosidades para que eu possa ter a vontade e desejo de descobrir quais as fragilidades da prática pedagógicas de ensino e aprendizagem. Sendo assim, diagnosticarei as lacunas dessa prática de ensino e me aperfeiçoarei enquanto educadora na minha profissão

A pesquisa contribuirá com levantamentos de dados acerca das práticas pedagógicas na educação escolar diferenciada favorecendo aos professores, os alunos, gestores, das escolas das redes públicas nas esferas municipais, estaduais e federais e da sociedade civil para que possam refletir sobre a prática de ensino de letramento na educação diferenciada para as comunidades Indígenas da minha região.

Observando que aprendizado de crianças indígenas, ainda hoje apresenta-se com um dos maiores problemas para a educação dos países desenvolvidos e principalmente os países em desenvolvimento como o Brasil, este termo as práticas pedagógicas na educação escolar diferenciada, faz-se necessário compreender as dificuldades encontradas e buscar métodos que possam ajudar a superar tais deficiência.

Temos que buscar soluções sobre a prática docente na educação escolar diferenciada nos anos iniciais, e buscar novas possibilidades e prática de ensino para o professor, onde o mesmo tenha prazer em contribuir para a formação acadêmica de seus alunos e deixe de lado as mesmices, que introduza novas técnicas, novos métodos para que assim a educação possa vir a dar um salto significativamente positivo.

Para que esse estudo fosse realizado, foi necessário a ajuda da comunidade Apexti, porém a aldeia foi destruída, e não pude realizar uma entrevista gravada com os mesmos, diante disso, trago aqui minhas experiências enquanto professora da aldeia por 09 anos, e também os registros que consegui obter nessa temporada, aos quais estão em anexo, demonstrando um pouco da vivência desses povos. Devido a aldeia ter passado por esse momento de dificuldade a professora Valineide Ribeiro Santana foi a minha informante nessa pesquisa.

O primeiro capítulo: *A educação escolar indígena no Brasil: alguns apontamentos*; visa trabalhar com a educação indígena, apontando avanços que

eventualmente ocorreram nos últimos anos, aborda sobre a Constituição de 1988, sobre a LDBN de 1966, trazendo a opinião de pesquisadores e estudiosos importantes como: Sousa (2014), Perrone Moises (1992), Santos (2001), Barbosa (2005), Baniwa (2013), Luciano (2013) e Basil (1996).

O segundo capítulo: *O povo mebêngôkre kayapó recorte histórico e organização sociocultural*, tem por objetivo compreender sobre a história dos povos indígenas, sobretudo do município de São Felix do Xingu-PA. Entender quem são? Onde vivem? Como surgiram? e assim relatar também sobre a aldeia pela qual motiva toda essa pesquisa Apexti. Os autores aqui utilizados foram: Pina (2004), Saraiva (2005), Costa (2011).

O terceiro capítulo *Educação diferenciada na comunidade Apexti: desafios e possibilidades*, vem abordar sobre a aldeia Apexti, sobre seus costumes, tradições e sobre como é constituído o processo de ensino aprendizagem na aldeia antes que ela fosse exterminada. O referencial teórico utilizado foi: Azevedo (1996), Cunha (1992), Alencar (2014) e Grupioni (2002).

E por fim, encerro esta pesquisa, com as considerações finais, e os anexos, onde faço um apanhado geral do dados obtidos e proponho melhorias na área da educação indígena, repensando sobre as problemáticas abordadas no corpo do trabalho.

I A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS.

Nesse capítulo, apresenta-se reflexões históricas sobre a educação escolar indígena a começar com o período colonial e com a colonização jesuítica até a constituição de 1988, fazendo-se uma análise de como essa educação iniciou-se no período da colonização luso-brasileiro e de como a Igreja, se tornou uma das principais agentes de escolarização indígena, destacando também o protagonismo dos povos indígenas e outras organizações na luta por uma educação intercultural e diferenciada, trazendo a opinião de pesquisadores e estudiosos importantes como: Sousa (2014), Perrone Moises (1992), Santos (2001), Barbosa (2005), Baniwa (2013), Luciano (2013) e Basil (1996).

1.1 Reflexões Históricas

Ao mencionarmos sobre a educação indígena em nosso país, compreendemos esta tem passado por uma longa trajetória, tendo seu início por volta da colonização, cujo princípio era apenas a catequização indígena, uma vez que o modo de vida, a organização política, a forma como se trajavam não eram valorizadas até consideradas imorais; por esse motivo foi imposto a escolarização aos índios, cujo sua proposta educativa era torna-los cristão, súditos da coroa portuguesa e posteriormente cidadão. Essa educação escolar era oferecida pelos jesuítas, pautas na catequização, civilização e entrosamento, forçando-o a sociedade. PINTO (XAVIER.1994 p,14).

A catequese foi uma forma em que a igreja encontrou junto com a coroa portuguesa de facilitar o procedimento de colonização do Brasil. Aqueles que eram catequizados já não era mais um “problema” para a colonização. Todavia o tempo se passou e a companhia de Jesus, que inicialmente era tida como uma forte aliada da coroa portuguesa, tornava-se agora uma concorrente, disputando o poder quando se posicionou contra a escravidão indígena.

A coroa portuguesa fazia uso de mecanismo para o a adestramento cultural, um deles foi a escolarização indígena feita pelos jesuítas, por volta de 1549, em território brasileiro, chefiada pelo Padre Manoel da Nóbrega estruturou a escola para os índios no Brasil. os quais vieram com o propósito de estabelecer

escola para ensinar a ler, escrever, cantar e contar, tendo como objetivo maior ensinar a catequese com o intuito de converter os índios à fé católica. Os irmãos jesuítas ensinavam doutrina aos meninos, além de ensinar a ler e escrever, a primeira escola foi fundada em 1549, na Bahia, se estendendo posteriormente para as capitanias de Pernambuco, São Vicente e Espírito Santo, (MATTOS, apud VALLE, 1995).

Os Jesuítas no início, pairavam de um lado a outro, de aldeia em aldeia na busca incessante de crianças para transmitir a elas conhecimento, ou seja, tentar ao máximo desenvolver nelas a arte da escrita e da leitura, visto que estas teriam mais facilidades de assimilar o ensino. Elas eram levadas para os colégios onde a preocupação dos jesuítas era de propiciá-las a uma educação adequada, que futuramente pudessem vir a ser pregadores e defensores da Igreja Católica. Tal tarefa não se deu de forma fácil, foram encontrados muitos problemas em meio à educação, adotar comportamentos diferenciados foi uma das mudanças que os índios tinham pela frente.

Os índios ao regressarem à sua aldeia voltavam a manter contato com sua parentela e, apesar de todo o conhecimento adquirido nas escolas, ainda assim seus usos e costumes voltavam a serem utilizados. Os relatos históricos, vão demonstrar que o convívio dos jesuítas, com os indígenas e com os colonos era de certa forma prejudicial à cultura e aos costumes europeus, visto que os colonos, quase todos eram transgressores e a proximidade com os indígenas fazia com que os mesmos aderissem a uma forma de viver díspar aos olhos da religião, uma vez que existiam dogmas e regras a serem seguidas, estipuladas pelos religiosos.

Para resolver estes problemas os jesuítas criaram o aldeamento, ou seja, grandes aldeias controladas por eles. Situadas nas proximidades dos povoados das colônias e das missões que reuniam diferentes populações indígenas como afirma PERRONE; MOISES (1992, p.119).

O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico da colônia. Como diz o Regimento das Missões de 1686, é preciso que haja nas ditas aldeias índios, que possam ser bastantes, tanto para segurança do Estado, e defesa da cidade como para o trato e serviços dos moradores e entrada dos sertões.

Perrone Moises, menciona que o aldeamento na verdade é um projeto, que tinha por objetivo a prevenção e até mesmo a apropriação de determinado espaço pela colônia. As culturas indígenas se auto reelaboram e ressignificam com o passar dos anos, assim como ocorre na sociedade tida como branca.

Fora da área dos aldeamentos pretendiam oferecer as crianças indígenas não só a instrução primária elementar, mas também o ensino para desempenho de funções identificadas com o desenvolvimento das províncias e com os processos de assimilação da diversidade dos povos indígenas. CADERNOS SECAR (2007 p,12).

Portanto, a escolarização ofertada pelos jesuítas foi a principal chave para assimilação e aproximação dos povos indígenas dos portugueses e da cultura europeia, porem provocando o etnocídio. Dessa forma, passando pelo império e republica e atualmente persiste em nossa sociedade, a educação indígena foi um processo marcante iniciando no período colonial pelos jesuítas como citado posteriormente, processo esse que atravessou séculos de lutas, conflitos e genocídios da população indígena, eliminando grade parte da língua materna, submetendo-a cultura dos não indígenas.

Durante a Ditadura Militar em 1967, surgiu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), substituindo ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI). No que se refere a educação a FUNAI priorizou sobretudo a oferta do ensino bilingue nas escolas indígenas, afim de desfazer as marcas negativas que haviam no Brasil sobre o extermínio de diversos povos indígenas. Santos (2001), percebeu que em meio a esse sistema, as escolas funcionavam nos padrões das escolas de todo o país, porém muito aquém da realidade dos diferentes grupos indígenas

Desde o período colonial até os dias atuais os povos indígenas têm uma relação histórica que deve ser reconhecida no desenvolvimento histórico-cultural do Brasil. Em todo território brasileiro foi identificado problemáticas no decorrer da educação indígena e para possíveis busca de soluções foi necessário a criação é implementação de Leis na Constituição Federal da República Brasileira de 1880, que lhes assegurava os direitos já existentes, mas até então ignorados, aos verdadeiros donos das terras invadidas. Portanto, observar-se que nas últimas décadas, foram vários movimentos indígenas que reivindicam uma educação de qualidade e regulariza. BARBOSA (2005, p 20).

No Brasil, a relação entre história teve longo percurso, sendo dividida por vários momentos, até chegar em uma educação sistemática de autoritarismo, dominação, descontextualização e desrespeito à cultura do povo indígena, visando o entrosamento forçado ao povo “branco” desde a colonização que teve início por volta de 1500 e ainda hoje continua com um processo não mais de colonização, mais de inseri-los em meio a uma cultura diversificada, denominada como miscigenação, e acredito que sempre existira esses processos pois vivemos em sociedade mutável, ou seja, em constante modificações. Gersem Baniwa (2013), vai perceber aspectos importantes da educação indígena brasileira segundo o autor:

[...] A Educação escolar indígena no Brasil pode ser dividida em períodos muito distintos se considerarmos sua missão institucional, um desses períodos se constitui após a, reforma da Constituição Federal em 1988. A Constituição Federal de 1988 é o divisor de águas destes dois períodos. Durante o primeiro longo período (1500-1988) a “escola para índio” tinha uma missão muito clara de conduzir e forçar que os nativos fossem integrados e assimilados à “Comunhão Nacional”, ou seja, que fossem extintos como povos étnicos e culturalmente diferenciados entre si e da sociedade nacional. Em razão disso, as línguas, as culturas, as tradições, os conhecimentos, os valores, os pajés foram perseguidos, negados e proibidos pela escola. Neste período não cabe a denominação de escola indígena, uma vez que esta pressupõe algum nível de participação e protagonizarão indígena. Na “escola para índio” a relação é verticalmente de brancos para índios, ou seja, os brancos são os donos e mandatários da escola que impõem processos educativos segundo seus interesses. (BANIWA, 2013, p. 6).

De acordo com Baniwa, as escolas são para índios, mais o que predomina é a ação do branco, seria uma espécie de “mascara” a realidade e obstrui-la, pois se estamos falando de educação para índios, o normal é que os docentes se integrem aos costumes deles e não os indígenas aos nossos costumes.

1.2 A Escola Indígena e a Legislação Educacional Brasileira

No Brasil a história da educação nas tribos indígenas tivera um grande momento, que foram às reivindicações para uma educação de qualidade diferenciada, das quais atenderia suas necessidades e cultura, que respeitasse seus interesses, seus limites, suas especificidades, suas diferenças. Todavia a educação indígena é agora compreendida como uma política pública com direitos à cidadania. Cleide Santos de Sousa percebeu que:

[...] Não se pode construir no Brasil uma sociedade com bases democráticas sem a valorização da diversidade étnico-racial da população brasileira, assim, é preciso renovar a educação escolar no sentido de que favoreça o reconhecimento da diferença e o respeito a igualdade, fazendo-se cumprir a base legal da educação atualmente existente no país, fruto de estudos de muitos pesquisadores, das lutas da sociedade organizada e debates realizados em diferentes momentos da conjuntura influenciadora da educação nacional. Nesse sentido, dá-se relevo as instruções normativas focalizando a Educação para as relações Étnico-raciais tendo em vista a valorização da cultura indígena procurando destacar a importância da Educação Infantil nesse processo. (SOUSA, 2014, p. 37).

Sousa (2014), ressalta sobre a importância da valorização da diversidade étnico-racial, onde transformar a educação é crucial, em termos de valorizar e respeitar uma cultura, ainda que não seja a sua.

Neste sentido, que a Educação Indígena se diferencia da educação não indígena em seus aspectos éticos, comportamentais e princípios familiares. Essa educação não se resume em sala de aula, tendo como princípio a formação dos indígenas para sua vida profissional e acadêmica.

A partir de 1995, os índios exigem a regularização de suas escolas nas aldeias e formação para os professores indígenas em magistério. Foram diversos fóruns com o objetivo de tratar das diretrizes da educação indígena como: o currículo escolar, calendário, planejamento, materiais didáticos entre outros, para que assim os professores não indígenas passassem a respeitar e valorizar seus conhecimentos, costumes e festas das comunidades. (*Indioeduca.org*, 2011.p 863)

[...]. Ao dizer que na comunidade indígena a educação escolar é de forma diferenciada, cabe-nos uma explicação. Primeiro, nós temos o direito de escolher o professor que nós queremos para dar aula a nossos filhos, e isso é claro alguém do mesmo povo. Para que isso fosse aceito, muitos trabalhos tiveram os professores indígenas.

A educação é variada nas comunidades indígenas, o aluno passa a aprender não só a história do seu povo, seus antepassados, mas também tudo o que é ensinado na escola regular fazendo com que esses sujeitos como: adolescentes e adultos possam a ter condições de melhorar a estrutura político-social em que os mesmos vivem e saber se impor as novas tecnologias globais do mundo. PINTO (GANG *apud* RCNEI, 1998. p. 20)

A educação escolar indígena deve ser um instrumento de afirmação da cultura indígena e também de preparação dos índios para se relacionarem com a sociedade de fora mediante aos interesses de cada povo, respeitando seus costumes.

A área pedagógica apresenta-se como um grande obstáculo para a escola indígena, não é generalizando tal problemática, todavia essa talvez seja um dos maiores impedimentos da política da educação indígena na atualidade, conforme percebeu Luciano (2013).

Um dos maiores desafios da escola indígena está no campo pedagógico, ou seja, como pôr em prática os conceitos político-pedagógicos inovadores da atualidade. Essa dificuldade tem origem em campos inter-relacionados. O primeiro campo é dos sistemas de ensino que resistem às mudanças conceituais. Os dirigentes políticos, os gestores e os técnicos locais apresentam forte resistência à mudança de mentalidade, cultura e prática política. A resistência é resultado de um misto de medo ou insegurança dos gestores diante do novo, do diferente, do imprevisível e de um comodismo ou apego aos antigos modelos e padrões de escola e de educação escolar tradicional colonial. Os sistemas de ensino não possuem estruturas adequadas e equipes qualificadas para atender às demandas das escolas indígenas, resultando na baixa capacidade e qualidade na execução dos programas de construção de escolas, formação de professores, elaboração de material didático, transporte e alimentação escolar. A fragilidade do regime de colaboração resulta na inexistência histórica de políticas e programas específicos para atender às demandas e realidades específicas das comunidades indígenas nos campos do transporte escolar (fluvial e aéreo), distribuição e descentralização flexível da alimentação escolar, construção de escolas diferenciadas para comunidades indígenas nômades, de áreas de várzea (prédios suspensos, flutuantes, móveis ou barco-escola) e de regiões florestais distantes cujo único acesso é via aérea. Nessas realidades, os processos licitatórios convencionais são impraticáveis para viabilizar as políticas públicas. (LUCIANO, 2013, p. 349-350).

Luciano (2013), notou que uma das grandes problemáticas e desafios da escola indígena, é conceituado no campo pedagógico, pois a dificuldade que os profissionais da educação sentem em colocar em prática os conceitos por ele mencionado como “político pedagógico” são muito difíceis, “justificando” assim a carência na área da educação que tanto sentimos.

No ano de 1991, a educação indígena, deixou de ser responsabilidade da FUNAI, sendo atribuída agora ao MEC, em 1993, o MEC fundou o Comitê de Educação Indígena, e junto criou as Diretrizes Para a Política Nacional de Educação Indígena, mais foi somente em 1996, que Lei de Diretrizes e Bases

(LDB) assegurou os direitos dos índios sobre a educação diferenciada. E os anos seguintes foram fundamentais para que se elaborasse o Referencial Curricular para as Escolas indígenas. Sousa (2014) percebeu que o primeiro documento a ter relevância foi a Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 é o primeiro documento a ser citado considerando sua relevância a elaboração da legislação infraconstitucional pertinente à educação e a garantia de direitos a promoção da justiça social no país, ela é o pilar norteador do ordenamento jurídico nacional em todos os seus ramos. Promulgada em 5 de outubro de 1988 a Constituição Federal expressa a luta histórica do povo brasileiro em defesa do Estado democrático e assegura a efetivação de garantias individuais e sociais no estado nação além da garantia do cidadão brasileiro escolher seus representantes (presidente, prefeito, vereadores, governadores etc). (SOUSA, 2014, p, 37).

Sousa (2014), continua dando ênfase a constituição de 1988, uma vez em que a mesma assegura direitos cruciais para a vida em sociedade, não só dos indígenas, mais da sociedade como um todo, pois de acordo com a Constituição temos o direito a “uma sociedade pluralista e sem preconceitos, justa e solidaria”.

No seu preâmbulo destaca-se como uma de suas finalidades o compromisso com uma sociedade pluralista e sem preconceitos, e a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos (art 1º inciso III – A.), compromissada em promover a formação de uma sociedade livre de todas as formas de preconceito, justa e solidária; tendo entre seus princípios (art. 4 incisos II e VIII) a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao racismo e ao terrorismo. (SOUSA, 2014, p. 37).

Depois da Constituição, novas leis surgiram para auxiliar no regulamento dos povos indígenas, como foi o caso da Lei de Diretrizes e Bases Nacional em 1996. (LDBEN).

Lei nº 9.394, de 20/12/96, fala da oferta do ensino regular para os povos indígenas.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; I – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

No art. 79, a LDBEN dispõe sobre o desenvolvimento dos programas educacionais indígenas: A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. § 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. § 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional da Educação, terão os seguintes objetivos: I – fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena; II – manter os programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (SOBRINHO; SOUZA; BETTIOL. 2017, p. 65. BRASIL, 1996).

A lei de 1966, surgiu para complementar o que já havia sido imposto pela constituição de 1988, onde seus objetivos eram pautados na mesma linha, “promover aos povos o recuperação da memória, a valorização de sua língua e cultura, garantir aos indígenas o acesso a informações de conhecimento técnico e científico etc.”, sabemos que na teoria isso funcionou muito bem, mais na nossa atual sociedade ainda vivenciamos muitos descasos com a população indígena, muitos preconceitos ainda os cercam, a educação ainda não é exercida como assegura a lei, e devemos nos preocupar quanto a isso, pois as leis existem para que sejam cumpridas.

Percebe-se que, o itinerário da educação indígena é fundamentado pelos descasos com a cultura indígena, uma vez, em há muito tempo os povos indígenas eram forçados a renegar sua identidade e aderir a costumes que não eram os seus, ou seja, deveriam incluir em uma sociedade branca. A educação indígena, nos últimos 20 anos fora modificada, tendo que tramitar em um viés democrático que passou a enaltecer a cultura indígena.

A escola indígena, por enaltecer os saberes, as culturas e os valores, não deveria ser usada para fundamentar sua exclusão. Porém a mesma, não poderia ser incluída de maneira impensada naquilo que conhecemos como políticas inclusivas. Diante disso, faz-se necessário um regresso histórico, que venham abordar sobre políticas integracionistas, que negavam a integração, a assimilação e a apropriação indígena, exterminando e destruído o que de mais rico que a cultura indígena dispunha, atribuindo o discurso de “limpeza étnica” para adotar políticas inclusivas, nos mecanismos dos povos indígenas, buscando identificar e respaldar os direitos legal da educação escolar indígena, em meio a uma política nacional ou com direito humano universal.

Depois de muito tempo, de séculos de dizimação da população indígena, o estado acha por bem, criar uma política mais humana, mais “justa”, todavia na prática, contraditoriamente os índios são impostos ao regime tutelar. De acordo com Freire (2004):

[...] a escola destinada aos povos indígenas continuou a missão colonizadora e “civilizadora” que lhe fora atribuída pela Coroa Portuguesa. Tanto no império como na República foi a principal instituição executora de uma política educacional, cujo objetivo principal era eliminar as diferenças, despojando os grupos étnicos de suas línguas, de suas culturas, de suas religiões, de suas tradições, de seus saberes, incluindo, entre esses saberes, os métodos próprios de aprendizagem. (FREIRE, 2004, p. 23).

Freire (2004), relatou sobre uma realidade ainda enfrentada pelos povos indígenas, as escolas hoje em dia continuam a serem vistas e comandadas pelo sistema colonizador. O cenário da atual sociedade, é marcado pela grande preocupação em termos educacionais, índices elevados e satisfatórios é o compromisso desse século, programas implementados para melhorar o índice de aprendizado, projetos de intervenção para sanar as deficiências em termos de leituras e escritas e porque não práticas diferenciadas para a educação indígena?

Aa comunidades indígenas no tocante a educação, se instala por meio de mecanismos de sobrevivência e provoca técnicas de interagir e reagir em prol de sua própria identidade, buscando defende-la.

A escola entrou na comunidade indígena como um corpo estranho, que ninguém conhecia. Quem a estava colocando sabia o que queria, mas os índios não sabiam, hoje os índios ainda não sabem para que serve a escola. E esse é o problema. A escola entra na comunidade e se apossa dela, tornando-se dona da comunidade, e não a comunidade dona da escola. Agora, nós índios, estamos começando a discutir a questão (KAINGANG apud FREIRE, 2004:28).

A escola indígena no Brasil, ganha “espaço” por volta de 1549, onde adentrou-se em território nacional uma das primeiras missões jesuíticas enviadas por D. João III direto de Portugal. Constituída por diversos missionários da Companhia de Jesus e vistoriada através do padre Manuel da Nobrega, conforme nos mostra os livros de história, como dito anteriormente, o grande objetivo era converter os nativos e faze-los aceitar uma fé cristã.

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaperdessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas. (FREIRE, 2004, p. 23)

Os indígenas têm seus direitos preservados e assegurados pela Constituição de 1988, dando a eles o livre arbítrio de serem eles mesmo, mediante a sua cultura, tradição e língua. A mesma assegura ainda o direito de usar a língua materna no espaço escolar, ressaltando que dessa maneira a escola auxiliara para a afirmação étnica e cultural de cada povo.

Outras leis surgiram para tratar da educação diferenciada para os indígenas, como o Plano Nacional e lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que enfatiza sobre a necessidade do enaltecimento dos próprios conhecimentos e também dos saberes da população indígena, apontando para a importância da formação de professores indígenas.

Vale salientar, que não há dados estatísticos da constituição em relação questão da formação de professores indígenas, por isso foram criadas novas leis afins de complementar essa última, com enfoque em responder questões sobre a escola diferenciada.

Em meados de 1998 o Ministério da Educação (MEC) apresentou o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas que demonstra com precisão o padrão de escola que desejamos e que queremos ver em nosso país.

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas de uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades. Uma normatização excessiva ou muito detalhada pode, ao invés de abrir caminhos, inibir o surgimento de novas e importantes práticas pedagógicas e falhar no atendimento a demandas particulares colocadas por esses povos. A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades (RCNEI: 34).

A escola indígena tem como finalidade a aquisição da independência socioeconômico-cultural da sociedade, pautado no restabelecimento de sua

memória histórica, na reiteração de uma identidade étnica, na instrução e na apreciação da língua em si, bem como da própria ciência, substanciada em seus conhecimentos, na ascensão às informações e aos conhecimentos científicos e técnicos de um grupo predominante e de diversas sociedades, indígenas ou não.

Sobre esse contexto, Luís Donisete Grupioni (2008) respalda sobre o discurso voltado para a educação diferenciada em três (03) momentos, o primeiro assegura que a educação diferenciada é um direito garantido aos indígenas, o segundo é sobre o caráter laico dessa educação diferenciada e o terceiro momento é voltado para a competência dos próprios membros das comunidades comandarem os seus processos escolares. Afirmando que:

O exercício do direito à educação diferenciada, laica, deveria ser assumido por professores índios, a serem formados para essa atuação, em substituição a agentes missionários e/ou professores não-índios em atuação nas escolas das aldeias. O pressuposto era que esses novos professores indígenas, falantes da língua da comunidade e imersos na cultura de seu grupo, reuniriam todas as condições para levar adiante a proposta de um escola auto-gerida cultural e politicamente. (GRUPIONI, 2008, p. 38).

Portanto o ponto em que se deve questionar é se as escolas indígenas precisam propiciar aos seus integrantes, autonomia em todos os processos relativos a ela, isto é, na administração, na docência e em todas as áreas referente ao ensino. Porém essa autonomia não é mantida, ela se perde dentro do jogo burocrático no tocante a instituição escolar.

Grupioni (2008) observou que a política da educação diferenciada é realizada fora da máquina estatal (são todas as relações do Estado com a sociedade tudo aquilo que envolve o Estado e sua manutenibilidade) e sobretudo inserida pelo Estado como política pública vigente. E nessa vertente o processo de reconhecimento da diferença dos mecanismos de ensino aprendizagem dos povos indígenas, mesmo sendo submetido a um sistema educacional burocrático é resultado de:

[...] articulação de um conjunto de atores que buscavam construir um novo modelo de educação para a escola indígena nos anos 90 que conseguiram impactar o Estado, mudar seu perfil de atuação e impor uma nova agenda política que, sob a bandeira de reconhecer a diversidade e o direito à diferença, resultou, na década seguinte, na inserção dos índios no sistema educacional do país e na universalização da escola entre grupos indígenas. (GRUPIONI, 2008:48).

De tudo que foi dito, voltando ao contexto da escola indígena na aldeia Apexti, fica mais que evidente que as práticas pedagógicas e os direitos assegurados pela constituição de 88, pelo MEC, e por programas de apoio educacional, não é levado tão a sério como deveria, na prática encontramos inúmeras dificuldades, os níveis de aprendizados são muito baixos, a instrução e apoio dado as professores são limitados, mediante a isso a educação termina ficando comprometida.

2.3. Práticas Pedagógicas No Contexto Escolar Indígena

Quando falamos em práticas pedagógicas diferenciadas, temos que ter em mente a importância da formação do homem, e sabemos que isso se concretizará a partir da educação e da adaptação de onde se vive. A atividade pedagógica no ambiente escolar necessita estar em constante estímulo, onde os indivíduos possam reconhecer o seu poder de fazer, de expressar as suas vontades interiores, para que assim se promovam a mudança.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em nosso país, Brasil, dispomos de uma ampla legislação que assegura aos povos indígenas o acesso à “Educação Escolar Indígena Específica, Diferenciada, Intercultural, Bilíngue e Multilíngue” (FUNAI, p. 01), referindo-se como uma das leis mais importante relacionadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº. 9.394/1996, que oferta a educação escolar indígena.

Precisamos repensar, que a educação não necessita de limites, ela precisa ser planejada e estimulada para que possa acontecer. O foco da educação mais que ensinar é ajudar alunos e professores a compreender sobre as mais diversos campos de conhecimento (matemática, ciências etc,) e também de copilar o ensino a vida.

Sobre essa ótica, a educação vem contribuir para que professores e alunos de diferentes escolas, possam transformar suas vidas em procedimentos perduráveis de aprendizagem. Auxiliando alunos a conceber suas identidades em meio ao processo pessoal e profissional, lidando com o desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que permitirá encontrar espaços pessoais e profissionais, tornando-se cidadãos produtivos e realizados.

Troquez (2006), percebeu que a educação diferenciada tem sido equivocadamente associada a grupos específicos como: os indígenas, os negros, e a pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Todavia, alegações das inúmeras diferenças individuais, sociais e culturais, acabam compondo um quadro classificatório onde se adentra todos os indivíduos, indicando que todos devem serem alvos de uma educação diferenciada.

Em meados do ano de 1991, as entidades indígenas que funcionavam como escolas, eram em sua maioria vinculadas a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e conseqüentemente ao Ministério do Interior, que passou para o Ministério da Educação, passado esse momento, surgiu então um movimento que visava a afirmação da educação escolar indígena através de leis e da criação de setores próprios para a gestão de tal peculiaridade da escola, assim como a participação de professores e intelectuais indígenas para a construção do mesmo. Elaborou-se um documento legal, que assegura a educação escolar indígena, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o estatuto criado aos indígenas foi o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, pautado sobre o Parecer 14 e a Resolução n. 003 do Conselho Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação.

Diante dessa nova proposta, a educação escolar indígena teria de ser comunitária, intercultural, específica e bilingue, conforme percebeu (BRASIL, 1998), comunitária, visto que a atuação da comunidade em todo o desenvolvimento pedagógico é importante para a construção da escola em termos dos objetivos, dos conteúdos curriculares, do calendário escolar e de mais uma serie de detalhes. Intercultural, pois a escola precisa reconhecer e manter as diferenças impostas sobre diversidade existente em cada comunidade, atuando na comunicação entre as experiencias socioculturais, linguística e históricas. Específica e ao mesmo tempo diferenciada, pois necessita ser elaborada e planejada, como resposta das pretensões de cada um em suas peculiaridades e com emancipação sobre a construção de sua escola. E por fim bilingue, uma vez que deve ensinar o português, afim de permitir o diálogo com o mundo que os cercam, mais sobretudo a língua materna dos povos indígenas, pois é através da mesma que se manifesta a cultura.

Todos os povos devem ter o direito de pensar sobre a sua escola. Ao contrário do que historicamente ocorreu na escolarização indígena e mesmo no

ocidental, que a todo momento procurou homogeneizar as pessoas, a escola indígena específica e diferenciada, surgiu com uma nova roupagem, referente ao respeito as diferenças.

Trazendo para o contexto da realidade da aldeia Apexti, as práticas pedagógicas utilizadas na aldeia não são limitadas a algo extraordinário, a didática que se é atribuída nas escolas da cidade, também são atribuídas as escolas indígenas, o que é diferente é a forma como é trabalhada, como é aplicada, uma vez que os alunos indígenas sentem uma certa dificuldade em apreender uma língua que não é a língua materna dos mesmos.

[...] da soma de experiências históricas e sociais diversificadas, de elaborados saberes e criações, de arte, de música, de conhecimentos, de filosofias originais, construídos ao longo de milênios pela pesquisa, reflexão, criatividade, inteligência e sensibilidade de seus membros. (BRASIL, 2005, p. 31).

A educação indígena vem se construindo através de um processo lento e trabalhoso, realizado em conjunto, de forma que a comunidade atua juntamente com a escola. Em primeiro momento deve-se pensar em uma prática capaz de surgir a partir da figura do docente, sendo de grande importância uma formação que visa transmitir mais que conteúdos, que busquem transmitir uma prática pedagógica capaz de contribuir para a construção do conhecimento.

Entendemos que as práticas pedagógicas devem ser abordadas em conjunto, conforme dito anteriormente, e nesse sentido segundo Grupioni (2006), a maior preocupação que se tinha era a de formar professores no magisterio capazes de:

Preparar as crianças e jovens e os adultos, sob sua responsabilidade, para conhecerem e exercerem seus direitos e deveres no interior da sociedade brasileira, mas também, garantir que seus alunos continuem exercendo amplamente sua cidadania no interior da sociedade indígena ao qual pertence (GRUPIONI, 2006, p. 24).

Não é fácil a tarefa de incluir, pois a inclusão só é feita quando lidamos com uma sociedade de tal modo diferenciada, diante disso, uma boa maneira de abordar novas práticas pedagógicas seria usar mecanismo que aproximassem realidades distintas (brancos e indígenas) em termos de educação, ensina-los a ler e a escrever, a falar uma segunda língua, porém o diferencial em fazer isso acontecer é justamente tratar com leveza, porque o objetivo em alfabetizar os povos indígenas não é o de anular a língua materna deles e sim contribuir para que todos possam valoriza-la e com isso aprender uma segunda língua.

Outro mecanismo que gera uma transformação em termos de conhecimentos, para os indígenas e para os educadores dessa área, é a formação de um professor pesquisador, pois sabemos que muitos dos professores que intervêm nessa área, precisam de intérpretes, devido não dominarem a comunicação na língua kayapó, por isso da importância de formar nossos professores em pesquisadores, que sejam capazes de registrar e documentar a língua indígena, a fim de salvar toda uma herança cultural que vem sendo transmitida a muito tempo e que merece todo nosso respeito.

O ofício de pensar em educação, é algo que tramita inúmeras vias, sobretudo abordando a questão da profissionalização do professor, que vai além do saber docente, ou seja, estabelecer uma articulação entre os aspectos individuais e também sociais dos docentes. Precisamos estabelecer uma nova pedagogia, onde venha valorizar a cultura indígena, buscando uma troca de conhecimentos entre educadores e educando, de modo que:

Ensinar é agir com outros seres humanos; é saber agir com outros seres humanos que sabem que lhes ensino; é saber que ensino a outros seres humanos que sabem que sou um professor (TARDIF, 2002, p. 13).

Nesse aspecto, devemos repensar sobre o ensino, onde novas propostas de formação venham surgir para professores indígenas, uma vez que existem inúmeras práticas, umas bem sucedidas e outras nem tanto, mais o que se faz necessário ter em mente, são as verdadeiras práticas que irão somar para a formação de professores indígenas e dos próprios indígenas em si.

Yolanda dos Santos Mendonça, colaboradora do livro *Educação Escolar Indígena*, organizado por Marilda Almeida Marfan, mencionou sobre as práticas pedagógicas em sala de aula indígena, ressaltando a importância que a criança tem em exercer aquilo que se apreendeu com seus antepassados, afirmando que:

É importante que nossas crianças aprendam sobre a vida de nossos antepassados e a história mais nova, de mudanças nas aldeias e dos chefes que lideram nosso povo. É importante preparar os alunos para que, no futuro, eles possam continuar nosso trabalho. E a escola pode ajudar a manter nossa cultura, para que nós possamos manter nosso território. É preciso abrirmos os olhos e vermos que nesse território estão plantadas nossas raízes, que hoje nasceram e se enramaram com uma força enorme, que cada vez mais desabrocham para fortalecer a nossa sagrada identidade. São inúmeras as falsas informações que distorcem a realidade e impedem as pessoas de

melhor conhecer os índios. Grande parte do nosso povo desconhece ou pouco sabe sobre os verdadeiros donos desta terra. Devemos romper com essas informações enganosas, acabar com esse preconceito que foi e continua sendo responsável por mortes e doenças no mundo inteiro. A terra é nossa subsistência. Ela é suporte da vida social e está diretamente ligada às crenças e aos conhecimentos. A terra somos nós. (MARFAN, 2002, p. 201).

A autora ainda menciona, que quando vamos trabalhar com praticas pedagogicas e inclusão, temos de ter cuidado para não causarmos um impacto negativo em nossas crianças, e termos a sensibilidade de passar a estes pequeninos o quão importante é a sua cultura. Mendonça vai relembrar de um episodio vivido em sala de aula, que fora necessario a intervenção de praticas pedagogicas aplicadas através de uma musica, para que as crianças pudessem fazer um resgate dos seus antepassados e pudessem entender a importancia da sua cultura.

[...] Foi aí que tive que introduzir procedimentos didático-pedagógicos para que eles entendessem que somos um todo e, por meio de leituras e escritas relatadas por eles mesmos, juntos buscamos informações na nossa própria família. Fomos montando e descobrindo novidades que serviram de experiências e motivações para uma realidade da própria criança. No momento em que trabalhamos cada estrofe da música do Toré, as crianças ficam curiosas, e sempre vem o porquê. Quando vamos cantando e apresentando a história do passado do nosso povo com clareza e confiança, fazemos um trabalho para desenvolver o que elas ouviram e visualizaram. Aí começa o interesse para saber mais: sempre perguntam o que fazer de agora em diante para não passar pelo que nossos antepassados passaram. (MARFAN, 2002, p. 201).

É importante ressaltar que nos professores temos um papel fundamental, e que deveria ser usado com frequencia, de acordo com o relato de Mendonça, percebemos que uma simples musica se transforma em uma pratica pedagogica diferenciada, pois fora utilizada para o regresso da memoria, levando os alunos a repensarem sobre como era a vida dos seus antepassados, e tendo cautela em como introduzir essas praticas “para não causar impacto, pois muitas crianças se revoltam. O que temos que fazer é conscientizá-las, para cuidar do pouco que nos resta” (MARFAN, 2002, p. 201), e com isso deixar o nosso legado positivo enquanto professores.

2. O POVO MEBÊNGÔKRE KAYAPÓ: RECORTE HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO SOCIO-CULTURAL

Nesse capítulo será trabalhado com a forma de viver dos povos mebêngôkre, dialogando com diversos pesquisadores e estudiosos da temática, como Pina (2004), Saraiva (2005), Costa (2011), explicando como que surgiu a história dos kayapó no Brasil, algumas curiosidades em torno de pinturas e rituais também serão trabalhados nesse capítulo.

2.1 A História do Mebêngôkre no Brasil

Para compreender sobre a história dos mebêngôkre, é necessário entender a origem do termo, que designa o nome kayapó. Segundo os dados do site socioambiental, o termo “caiapó” foi utilizado pela primeira vez no começo do século XIX. Para eles esse significado não os designa, porém grupos circunvizinhos atribuíram tal significado para nomeá-los, pois significa “aqueles que se assemelham aos macacos”.

Pesquisas revelam que os Kayapó se intitulam como mebêngôkre etnônimo, ou seja, em uma análise aprofundada significa “os que vieram (me bê), água (ngô), buraco (kre)”. Tumer *Apud* Arnold (1989 p, 88) afirma que:

O nome Mebêngôkre tem grande valor sentimental, pois expressa o respeito ao vínculo materno que o kayapó tem para com a água, pois a mesma exerce sobre eles força e magia, além de representar o começo, o nascimento, o renascimento e a vida.

Diante disso, o nome Mebêngôkre pode ser atribuído a valores sentimentais com o objetivo de atribuir o respeito, o vínculo materno que este povo tem para com a água, que exerce sobre eles força e magia. A conexão com a magia e a mitologia enfatiza a história de sua origem, por ser um povo místico com tradições que interferem em sua maneira de agir, de viver e de se relacionar com o mundo em que vivem, essas relações asseguram a sua identidade cultural, evidenciadas em sua peculiaridade como: as pinturas, as festas, as danças, a religião, a organização política social.

Saraiva (2005, p. 25) percebeu que para os Mebêngôkre a água é o início de tudo, acreditam que o primeiro homem foi gerado no umbigo da terra, como contam os anciãos kayapó (os homens mais velhos) em suas histórias, o

primeiro Mebêngôkre *mêprire* (criança), teria sido originado no fundo de um rio, sendo protegido pelas águas sagradas que o alimentava até o final do ciclo de seu nascimento, de acordo com a história ele teria sido envolvido num invólucro uterino representado por uma armação de varas e a sua alimentação era a base de batatas, trazidos pelos espíritos da natureza. Então o menino surgiu das águas e originou a primeira família mebêngôkre, nesse contexto Pina (2004) menciona que:

Daí o sentido imagético da água como significativo de um princípio vital para os kayapó [...] o buraco da água pode conotar o útero materno no qual o primeiro indígena foi gerado, e o rio simboliza o canal vaginal que serviu de caminho ao primogênito até a terra. (PINA, 2004, p. 25)

Corrêa (2011 p, 15) afirma que existem outros fatos que exercem grandes influências míticas sobre a nação kayapó, um desses fatores é o respeito que sentem pela água, onde o bebê mebêngôkre com apenas três dias de nascido tem o seu primeiro contato com o rio, numa espécie de batismo para confirmar o preparo à vida.

Todavia esse ritual é realizado somente com o filho primogênito, esclarecendo assim a relação maternal que a água tem para com o povo mebêngôkre, valorizando e fortificando as crenças e tradições. O ritual é realizado com as madrinhas do bebê que se organizam em filas por faixa etária em ordem crescente, apresentam-se seminua, pintam o corpo com jenipapo e urucum, como fosse uma roupa de festa, nessa ocasião não é usada a miçanga, com isso conduzem a criança ao rio, passando pela casa do guerreiro, onde os padrinhos estão pintados de preto, inclusive o rosto.

A partir do século XVII o nome “Kayapó” passou a representar diversos grupos linguísticos. Na época foi utilizado entre os grupos um diferencial, sendo que o grupo mais numeroso foi o que manteve contato com várias “bandeiras” no norte do Mato Grosso e Goiás”. Esse nome Kayapó foi nomeado ao grupo após uma das festas, em que os guerreiros usavam máscaras de macaco, em pequenas danças de curto tempo.

Costa (2011) percebeu que os mebêngôkre, estão subdivididos em dois grupos o “Kayapó do Sul” e o “kayapó do Norte”, recentemente foi localizado mais grupo denominado “kayapó setentrional”, acreditam que esses possam ser

descendentes do kayapó do sul. Pois, há várias semelhanças e evidências nos termos linguísticos, e etnográficas apesar de estarem inseridos no grupo kayapó do Norte. O termo “kayapó” vem do tupi (“kaya” “macaco”) e pó -“parecido”. Os kayapó do Norte se autodenominam me-bê-ngô-kre que significa literalmente falando “gente do buraco d’água” ou gente da água grande.

Conforme o autor mencionou a trajetória histórica dos povos mebêngôkre transcorreu uma diversidade de confrontos étnicos, políticos, sociais e econômicos que contribuíram para a divisão desse povo e a formação de suas aldeias, mas os povos mebêngôkre residiam principalmente nas regiões que se localizava a margem dos rios Iriri, Pacajá, no afluente em torno do rio Xingu.

Em 1834 aconteceu os primeiros contatos, realizado por Cunha Matos, logo após, houve outros contatos, porém sempre com má intenção, fazendo com que os índios se interessassem pelas coisas dos brancos, e assim emanavam as doenças.

Nos últimos anos do século XIX, Frei Gil Vila se dirigiu ao sul do Estado do Pará, para fundar uma cidade chamada de Vila Nova hoje conhecida como Conceição do Araguaia, onde formou o centro de evangelização para os mebêngôkre, neste mesmo lugar organizou uma escola para as crianças, chamada de Missão Dominicana. Pinto (2005 p, 27).

No ano de 1897, os mebêngôkre do Pau D’Arco estavam em quatro aldeias com tamanhos variados, e uma população global estimada em 1500 índios. Os colonizadores tinham um único objetivo, escravizar os kayapó para fins comerciais. Nesse caso os índios foram vítimas de várias doenças que contraíram em contato com o branco, isso fez com que grupos inteiros se extinguissem como, por exemplo, Irã ́ãmrãnh.

Da mesma maneira ocorreu com os grupos Gorotire e Xikrin, onde as ramificações rivais foram inevitáveis, com isso surgiram os grupos de kubên krākên, kôkraxmôr, kubêkokre e outros, os kayapó brigavam com outros grupos indígenas para adquirirem mais territórios. Em 1836, para acalmar essas guerras entre os indígenas foram trazidos pela Igreja Evangélica Mundial, alguns missionários estrangeiros, porém mortos pelos mebêngôkre ao entra em seu território. Barbosa (2005).

De acordo com Lobão (2005, p. 60 e 61) “os mebêngôkre eram muito violentos antes do contato com os missionários guerreava com tribos da mesma etnia e eram considerados os mais valentes daquela região”.

Por volta do ano de 1930 houve o primeiro contato dos indígenas com os missionários nas aldeias localizadas no Leste do Rio Xingu, mas esse contato foi abrindo caminho para os madeireiros adentrarem na comunidade com objetivos opostos aos dos missionários, visavam à descoberta do ouro e extração de mogno. Os indígenas por sua vez obtiveram lucros significativos, tanto que muitos deles acumularam fortunas. Por exemplo, o cacique Tutu Pombo que residia na aldeia Kikretum foi considerado o mais rico dentre os caciques kayapó, foi o primeiro a viver da renda obtida em negócios com o povo branco.

O contato excessivo dos mebêngôkre com o branco ocasionou as doenças, que quase erradicou o povo. Em 1953 os kayapó voltaram a crescer com a chegada de outros grupos de outra etnia, que possuíam a mesma língua falada, com isso aumentou o povo kayapó. A MICEB, (Missão Cristã Evangélica no Brasil) que atualmente, está com trabalhos religiosos com os indígenas acompanhado de o órgão da FUNAI, realizaram trabalhos para erradicar as doenças que estavam exterminando o povo mebêngôkre, com esse trabalho a população teve um crescimento, passando de 528 (Quinhentos e vinte oito) para 542 (quinhentos e quarenta e dois) em apenas 4 (quatro) anos em uma das principais comunidades kayapó conhecida do sul do Pará kokraxmôr. Costa (2005 p, 19).

Nesse sentido, o povo mebêngôkre foi aceitando a ajuda que vinha da missão e da FUNAI, mas sustenta até hoje o espírito da bravura do guerreiro, subtendida como meio de viver. Como dizia Barnes apud Arnold (1989): “O kayapó cultivava bravura com o mesmo afã que a civilizada procura enriquecer”. Por Pinto (2005 p, 27)

Percebe-se que os índios mebêngôkre não aceitam pacificamente a colonização e contato ameaçador com essa sociedade que até hoje é dominante, foi o motivo de tantos conflitos, pois as lutas eram por ambições diferenciadas. De um lado os índios tentavam se libertar da escravidão e do outro lado, os invasores que tinham a proteção do estado lutavam por lucros financeiros.

Resultado, a ambição desmedida do homem dito “civilizado” causou a ceifa de tribos inteiras.

Aos olhos daqueles que colonizou os indígenas, essa “tarefa” nada mais é do que uma maneira que a elite encontrou de roubar as riquezas das florestas e a vida dos indígenas, enquanto estes queriam apenas cultivar suas tradições, sem ter que entregar suas riquezas e sua liberdade a um povo que adentrou de outras etnias, demonstrando ter boas intenções, mas usaram o povo que já habitava e se relacionava naquela terra vivendo à sua maneira e feliz.

Percebe-se que no processo de pacificação, houve mais desvantagens do que vantagens, visto que o contato com o branco induziu os indígenas a optarem por viver da mesma maneira que o homem branco, o mesmo padrão de vida e às vezes fazendo isso de forma ilícita, pois chegaram a furtar para sua sobrevivência, sem falar nas doenças que contraíram com a nossa alimentação. Corrêa (2005 p, 20).

Os mebêngôkre mais velhos ainda seguem seus antigos costumes, como a pesca, a caça, a plantação de batatas, mandioca e os cuidados de higiene bastante diferenciado dos mais novos, por exemplo, no banho não usam sabão e a maioria usa o cabelo bastante grande, seguem à risca, o hábito da pintura e explicam o significado de cada uma delas, enquanto os mais novos se dizem pacificados, só se pintam quando há uma festa muito importante na aldeia, mas ficam envergonhados ao dançarem quando há brancos presentes.

De acordo com o autor na mesma página, algumas mudanças no meio kayapó são visíveis, o que preocupa os índios mais velhos, pois os jovens estão deixando os costumes, tradição e respeito pela sua cultura, integrando direto na cultura dos “brancos”, esse contato com os não indígenas ocorre em seus próprios ambientes, com professores, enfermeiros entre outros que visitam essas comunidades quase que frequentemente durante o ano todo.

2.2 A vivência dos povos indígenas Mebêngôkre

A forma de vida dos Mebêngôkre é pautada sobre a relação com o cosmo e a natureza, são visíveis no interior da família, seguindo as regras e critérios de bem comum ao grupo. No que diz respeito homem natureza, os

kayapó se determinam em um ciclo de produção, onde acompanham a vida e as atividades. Para LUX B. VIDAL (panfleto – 1990 p, 28).

No centro do pátio da aldeia se reúne o conselho dos homens e desenvolvem os rituais e a vida pública em geral. O símbolo do centro do mundo é o maracá, instrumento musical, redondo em forma de cabeça, ao som do qual os índios cantam e dançam seguido um traçado circular e que acompanha a trajetória solar, desde o pôr do sol até o amanhecer.

No tocante às crianças mebêngôkre e suas atividades diárias nas comunidades. Não há função específicas para ela no cotidiano, quando não passam o tempo todo brincando de ser adultos, onde imitam as atividades dos seus pais, elas ficam ao lado de suas mães, quando tem idade de ir para a escola, uma parte do seu dia é na escola e outro brincando. Com relação à pintura elas são pintadas de acordo com sua faixa etária, apesar das mães não saberem a idade dos filhos. A Pintura tem uma relação com a natureza, o povo Kayapó é muito místico. Entre os mebêngôkre existem vários tipos de pinturas e cada uma tem seu significado.

Uma pintura bastante representativa é a da onça no rosto, a mesma tem o papel de simbolizar os indígenas guerreiros e também amor e paz. Cada pintura traz consigo uma simbologia ou um significado específico, a cada passagem da vida dos indígenas existem uma pintura para representa-los, quando um índio morre, quando um deles casa, festas expressivas como a da mandioca, tudo recebe uma pintura que represente esse momento.

A pintura corporal é um código e comunicação visual capaz de revelar simbolicamente os acontecimentos ligados à vida cotidiana como nas atividades de caça e da roça e nas celebrações de nascimento e morte. As cores e os traçados das pinturas também identificam a posição hierárquica e de gênero. (SILVA & MONTEIRO, 2012, p. 05)

Outro aspecto que tem bastante destaque no modo de viver dos Kayapó é o nome das crianças, elas recebem vários nomes nas festas de passagens, e quanto mais nomes ganham maiores são os respeitos que esse mebêngôkre recebe dos parentes, além do reconhecimento das outras comunidades. A exemplo: Teçá significa "aquela que tem olhos atentos", Inaiê é um nome que significa "águia solitária", Abaeté Kayapó significa homem de respeito.

É importante enfatizar que mesmo existindo cooperação econômica entre várias Casas para fornecer a comida necessária para realizar uma cerimônia, cada rito de nomeação em separado. Esse rito é realizado de madrugada, depois de terminar as danças e os cantos que duram a noite inteira. Ao amanhecer, cada nominador/a entra na habitação da criança cujos nomes são confirmados e senta à frente da criança, proclamando seus nomes numa voz alta que demonstra sua autoridade (e acrescentando nomes adicionais, se for o caso), perante quaisquer testemunhas que estejam na casa naquele momento (LEA, 2012, p. 267).

O povo mebêngôkre constrói suas comunidades diferentes de outros povos, as Ocas são feitas em círculo, no centro localiza a casa dos guerreiros, também podemos dizer que é o coração da aldeia onde desenrola as questões políticas, os debates, as reuniões rituais e todas as questões voltada à comunidade é realizada nesse local como: festas, rituais, caçadas, produção de artesanatos. Esse local é reservado somente aos guerreiros, sendo que só eles poderiam frequentar a casa dos homens, mulheres participavam somente se fossem chamadas.

Todavia é notável que vêm ocorrendo em meio a comunidade kayapó, muitas mudanças, sendo nítida a preocupação dos indígenas mais velhos em preservar os costumes e tradições por intermédio do processo próprio de ensino aprendizagem, mas dificulta devido o modo de viver do não índio através das escolas instaladas nas comunidades com professores não indígenas. Barbosa (2005 p, 20).

No tocante a cultura indígena, a mesma é pautada sobre vários vieses. Ao longo da história nos deparamos com diversos relatos de que os índios eram “bárbaros”, “brutos” e “selvagens”, catequizados pelos jesuítas e “ensinados” a conviver com certas práticas dos brancos.

Os anos se passaram e o cenário continua a mudar. Os povos indígenas têm sua cultura e costumes diferentes de nós brancos, todavia com tantas mudanças e numa era de tecnologia que só avança nos deparamos com a cultura indígena sendo cada vez mais “esquecida”, com os costumes e tradições “esquecidos”. Tais povos, desejam se agrupar cada vez a mais a nossa cultura, perdendo-se a língua materna, os saberes e com isso ocasionado até mesmo a extinção da língua.

Boa parte das aldeias do município de São Felix do Xingu, a população está inserida em quadro de evangélicos, são indígenas pertencentes a religião

evangélica, que louvam hinos de cantores gospel famosos com Anderson Freire, ensaiando músicas para participarem de eventos nacionais, em várias cidades circunvizinhas.

Diante disso, percebemos que entre os povos indígenas de São Felix do Xingu, não generalizado, mais boa parte é pertencente a igrejas evangélicas. Suas culturas estão adeptas a demais culturas indígenas, são bem tradicionais, participam de festas, de rituais, usam adornos, pinturas e enfeites diversificados, apesar de quando veem até a cidade, essas praticas corriqueiras do dia a dia são deixadas de lado, fazendo uso de roupas normais como a dos brancos.

Em casos de manifestações, de reivindicações, que ocorrem com certa frequência na Prefeitura e na Câmara todos vem a caráter, conforme o seu dia a dia nas aldeias. Fazendo parte da cultura indígena, temos um evento em nosso estado que se centra em reunir todos os povos indígenas do estado em determinada cidade, isso ocorre todos os anos e já faz parte da cultura dos mesmos. Ano passado (2018) recebemos uma boa quantidade de pessoas indígenas e não indígenas em nossa cidade São Felix do Xingu-PA, para a Semana dos Povos Indígenas, esse evento visa trocar experiências dentre as diversas tribos que existem em nosso estado. Maria Gadu foi uma das atrações que animou a semana, além disso, desfiles, danças e tantas outras atrações eram vistas em que participou do evento.

A cultura indígena envolve diversos aspectos, e quase sempre varia de região para região, as aldeias compartilham dos mesmos princípios, todavia são distintas uma das outras, possuem particularidades diferentes, fazendo com que cada um seja único em seu modo de ser, agir e pensar.

3. EDUCAÇÃO DIFERENCIADA NA COMUNIDADE APEXTI: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O terceiro capítulo *Educação diferenciada na comunidade Apexti: desafios e possibilidades*, vem abordar sobre a aldeia Apexti, sobre seus costumes, tradições e sobre como é constituído o processo de ensino aprendizagem na aldeia antes que ela fosse exterminada. O referencial teórico utilizado foi: Azevedo (1996), Cunha (1992), Alencar (2014) e Grupioni (2002).

3.1. O processo de construção da comunidade Apexti.

As práticas pedagógicas da aldeia Apexti conforme percebemos no capítulo anterior se dá igualmente com as práticas das demais escolas, diferenciado apenas no rendimento escolar que é menor se comparado ao rendimento de alunos não indígenas, mediante disso faz-se necessário conhecermos um pouco do processo de construção da aldeia, até mesmo para compreendermos como que funciona as práticas pedagógicas de tal povo.

A história da aldeia, surgiu por volta do ano 2000, em terras que hoje são indígenas, mais que nem sempre foi assim. Antes de explicar como que surgiu a aldeia, gostaria de abrir um parênteses explicando sobre o nome que a aldeia recebeu, (APEXTI) significa “ilha grande”, pois antes de chegar na aldeia a vimos a maior ilha do Rio Fresco localizada no município de São Felix do Xingu, por isso o cacique Mokrã Kayapó a nomeou por “ilha grande”. Antigamente essas terras pertenciam ao Sr. Nazareno e Rui, onde os mebêngôkre do Rio Fresco se declararam como donos, mediante a uma revolução com os índios, visto que os mesmos tiveram que evadir o território. Em meio a essa grande guerra, o Sr. Rui saiu baleado, mais conseguiu sobreviver, residindo atualmente na zona urbana no município de São Felix do Xingu.

Após a conquista da terra, a população que aqui se encontrava não tinha quase que nenhum estudo, a educação era bastante precária, porém sempre existiu uma preocupação em termos educacionais por parte do cacique e de toda a comunidade. Visando promover o desenvolvimento educacional, o cacique Mokrã Kaiapó, teve a iniciativa de se dirigir a Secretaria de Educação, solicitando

que criassem uma escola que atendesse ao público indígena, ou seja, uma escola dentro da aldeia.

Em 2010 a escola começou a funcionar em um barracão que foi feito para depositar as castanhas extraídas no período da safra, as aulas eram divididas em três turnos sendo eles: matutino, vespertino e noturno, com o ensino fundamental I e com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A primeira professora a fazer parte do corpo docente da escola fui eu, Regina Mascarenhas dos Santos, que pude contar com o apoio de uma (01) servente e uma (01) merendeira, para juntas contribuirmos em prol do aprendizado da comunidade.

A priori, os trabalhos eram desenvolvidos com muitas dificuldades, pois faltava, recursos pedagógicos e financeiros, sobretudo em meio a comunicação entre zona rural e urbana afim de expor tal problemas. Uma das grandes dificuldades que estávamos expostos era sobre as estradas, muitos atoleiros e buracos que compunham o cenário de quem precisava trafegar entre as estradas de Tucumã e São Felix do Xingu, para chegar na aldeia.

Em 2014, foi construída uma nova escola, ainda que provisória, era de pequeno porte, comportava uma (01) sala de aula, dois (02) quartos para os professores uma (01) cozinha, uma (01) dispensa e um (01) banheiro. A água utilizada pela comunidade é vinda de um poço artesiano. A escola era construída de madeira, e coberta de telha plan. O quadro de servidores gerais da escola da aldeia é composto por quatro (04) indígenas com o ensino fundamental I completo, entre eles três (03) serventes indígenas e uma (01) merendeira indígena.

Ainda hoje a escola não dispõe de um conselho pedagógico e nem tem um Plano Político Pedagógico (PPP), a coordenadora e mais quatro (04) auxiliares de nível superior que são encarregadas de orientar os professores do ensino fundamental.

Uma curiosidade que vale a pena ser ressaltada é sobre o nome da escola, que foi atribuída mediante a uma homenagem a filha caçula do cacique Niti Kaiapó, um dos fundadores da aldeia, por isso do nome Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Bekwynhmeiti. A escola fica localizada na aldeia Apexti na margem esquerda do rio fresco distante da sede do município a aproximadamente 115 km via terrestre e via fluvial a aproximadamente 09 horas de viagem em embarcação de cinco mil quilos.

De acordo com os dados estatísticos do censo escolar, contamos com uma quantia de aproximadamente quinze (15) famílias, que equivalem a um total de cento e vinte e sete (127) pessoas residentes na aldeia.

Sabemos o quão difícil tem sido na prática, lidar com os desafios voltados a educação indígena, a legislação nos assegura sobre várias condições esclarecendo pontos cruciais conforme percebeu Azevedo (1996).

Para melhor compreender o desenvolvimento da educação escolar indígena no Brasil, além das políticas implementadas, faz-se necessário investigar também a legislação pois, um dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução do caráter de uma civilização se encontra na legislação escolar, nos planos e programas de ensino e no conjunto das instituições educativas. (AZEVEDO, 1996, p.56).

Conforme exposto no Cadernos Secad (2007) durante os 500 anos de colonização europeia, a entidade escolar esteve presente nos mais diversos grupos indígenas. Factualmente existiu o contato dos nativos com vias de educação, onde os objetivos principais eram catequiza-los e civiliza-los, integrandos a uma sociedade dominante, renegando sua própria identidade, estabelecendo valores de outrem.

Esses parâmetros educacionais sempre estiveram ancorados na legislação, que por muito tempo não deu a menor importância a toda diversidade cultural, a uma cosmologia e a práxis sociais e tradicionais. Conforme percebeu Cunha (1992, p. 02) uma vez em que “a lei não pode ser confundida com uma descrição da realidade, a realidade por vez não pode eludir a existência da lei. Mas lei é, em si mesma, uma forma de realidade: a maneira como parcelas de uma classe dominante representa-se a si mesma a ordem social”.

Os povos Mebêngôkre iniciaram o seus primeiros contatos com a educação formal através dos missionários da MICEB, por volta de 1979, onde o mesmo tinham domínio da língua Mebêngôkre e tinha o cuidado da preservação da cultura e da etnia kayapó, mas foi em meados da década de 1980 que começou a trabalhar professores não indígenas onde a responsabilidade era do Governo Federal através do MEC, mais tarde essa responsabilidade de educação foi repassada para a secretaria do município de São Felix do Xingu – Pará, que exhibe com orgulho esse processo de educação e cultura dos indígenas em festas anuais.

Contundo a educação tem como foco principal o meio onde se deve trabalhar a preservação da cultura da comunidade, através de adaptações

curriculares educacionais de acordo com a realidade, fazendo um paralelo da teoria aplicada na escola e as práticas vivenciadas pelos alunos, em que possam resgatar e valorizar as concepções e manifestações culturais, os problemas e avanços que não foram muitos, mas até no momento um ganho benéfico a educação indígena.

Vale salientar um episódio que marcou drasticamente a vida da comunidade, atualmente a aldeia Apexti foi exterminada devido a uma série de fatores, a aldeia começou a se expandir e por motivos de briga familiar entre os próprios Mebêngôkre, ocasionou tal perda a comunidade.

Tal fato ocorreu em novembro de 2018, hoje em dia a aldeia Apexti busca se reestruturar há aproximadamente 28 km da cidade de São Felix do Xingu, ainda sem muita estrutura e planejamento, diante do desenvolvimento que estava acontecendo na aldeia fez com que muitas lideranças tivessem um outro olhar, e por esta razão, já que essas terras foram conquistadas pelo cacique Niti, o mesmo decidiu pedir para que o cacique Mokrã desocupar a aldeia apexti, pois a mesma era de propriedade dele, Niti.

O Cacique Mokrã Juntamente com seus familiares decidiu mudar para outra localidade, a comunidade sabia que tudo o que estava acontecendo era pelo crescimento que a aldeia estava tendo e pela revolta de perderem tudo que conquistaram e era de tão valioso para a comunidade, tomados por imensa fúria destruíram a escola, farmácia, casas não restando absolutamente nada da aldeia e foram habitar em outra localidade distante dos parentes, porém mais próximo do Município de São Felix.

3.2 Práticas pedagógicas implementadas pelo corpo docente da comunidade apexti.

Segundo Alencar (2014), as primeiras ações de educação formalizada junto aos povos indígenas no Brasil, foram praticadas ainda nas missões colonizadoras, pode-se perceber a inadequada aplicação de métodos e técnicas educativas que incorpore aos valores culturais dos povos indígenas.

É fundamental qualificar nossos professores, sejam eles da zona rural ou urbana, professores de comunidades indígenas ou não, mais na qualidade de educadora de comunidades indígenas, vejo a grande dificuldade que tantos

professores assim como eu enfrentam todos os dias, recebemos uma instrução que muitas das vezes não se aplica a sala de aula indígena.

Ressalto os desafios em ensinar uma língua que não é a língua materna de tal povo, assim como nós educadores temos que aprender uma segunda língua que também não é nossa língua. Diante do cenário que vivo na comunidade indígena e pensando em melhorar e aprimorar a educação faz-se necessário mecanismos voltados a formação pedagógica de professores.

Como vimos anteriormente, as instituições de ensino que abrangem as comunidades indígenas foram desenvolvidas como um recinto específico para a formação escolar indígena, visando prepara-los e também integra-los os indígenas com o convívio social e cultural.

A educação na sociedade indígena, a partir do descobrimento, por muito tempo, foi entendida pela sociedade nacional brasileira, como se estivesse alheia aos seus processos sociais de transferência de saberes. Haja vista, que há na vida intracomunitária indígena vivências mediadas pelas regras, símbolos e valores da cultura grupal. Na lógica da educação tradicional indígena não cabe a figura do professor, já que, todos são responsáveis na formação de quem necessita apreender os afazeres do cotidiano. (ALENCAR, 2014, p. 80)

Os professores indígenas necessitam de práticas pedagógicas que contenha maior especificidade, sendo conhecedores de suas culturas. É importante tratar de questões relacionadas a formação docente de tais professores. Da mesma forma que os avanços em meio a educação indígena não foram totalmente satisfatórios para sanar problemáticas voltadas a sociedade brasileira sobre o contexto da educação indígena, a formação docente necessita também de um olhar diferenciado, que seja totalmente voltado a essas questões, e diante disso os dados abaixo vai comprovar os avanços e deficiências que a Apexti encontra em termos educacionais.

De acordo com a professora informante desta pesquisa Valineide Ribeiro Santana em sua fala afirma que a escola segue uma tendência pedagógica de ensino tradicional pela falta de material didático adequado, apoio pedagógico e recursos. As avaliações são feitas através de atividades desenvolvidas em sala de aula e algumas pesquisas extraclasse, alguns conteúdos voltados para a realidade dos alunos são elaborados pela própria professora, tentando aproximar a realidades da comunidade da Aldeia apexti.

A quantidade de alunos que a aldeia possui é relativo, pois geralmente no início de cada ano quase todos os índios daquela comunidade querem se matricular para começarem a estudar, mas com o passar do tempo, vão desistindo de estudar, outros se mudam de aldeia, outros vão passear em outras aldeias e assim no final do ano sempre termina com o menor número de alunos.

A comunidade tem participação fundamental nas ações da escola, a mesma tem todo o prazer de estarem inseridas em todas as ações promovidas pela escola, se sentem muitos felizes em verem sus filhos participando de tudo que a professora promove em benefício da comunidade.

O currículo escolar da aldeia Apexti ainda é um pouco defasado mesmo assim é bem aceito por todos, portanto, é necessário que além da estruturação física de cada escola, se implemente um processo de formação de professores no qual os mesmos discutam sobre o processo de ensino e aprendizagem que, contribuam para a efetivação da modalidade da Educação Escolar Indígena.

O calendário escolar é adequado de acordo com a diversidade da aldeia ao longo do ano, para não deixar que os alunos se afastem das aulas em datas festivas e nas colheitas da castanha do Brasil, açaí e outras. No calendário inclui ações socioeducativas como: semana do meio ambiente, semana da pátria, semana da água, semana dos povos indígenas entre outras. Onde os alunos realizam atividades ao redor da aldeia e no final apresenta o trabalho à comunidade.

É necessário ressaltar que os professores que atuam nas escolas indígenas, não tem formação específica para atender os alunos indígenas, mas a maior parte dos professores são formados em pedagogia, os trabalhos são baseados no planejamento anual que atende toda a zona rural do município de São Félix do Xingu.

Os conteúdos são repassados em língua portuguesa e, com o auxílio do monitor são traduzidas em Mebêngôkre para melhor entendimento dos alunos. O auxiliar monitor uma vez por semana ministra a aula em língua materna, essas atividades buscam envolver a cultura e a história de seu povo, ou seja, as crenças, os mitos e noções de escrita e leitura Mebêngôkre, enriquecendo o currículo oficial

Em entrevista sobre o trabalho do professor junto aos educandos foi confirmado que uma vez que, a liderança da comunidade Apexti, aceita o

professor para trabalhar na escola, é porque teve a aceitação de toda a comunidade.

Tudo que o professor promover tanto os alunos como a comunidade é de acordo até porque tudo o que acontece em sala de aula, os alunos levam para os seus pais, o que não for de acordo o cacique chama e faz a reclamação diretamente ao professor.

Em uma das falas da liderança, foram mencionado que as crianças sentem dificuldades para entender a língua portuguesa. Tem se falado muito que o ensino para os primeiros anos das series iniciais deveriam ser professores indígenas ensinando em língua materna, só depois, o ensino em português seria mais agradável e em alguns momentos mais fáceis. É neste sentido, que é importante um currículo diferenciado que trabalhe com a realidade do aluno.

As comunidades indígenas, sempre quiseram copiar das escolas não indígenas a organização da sala de aula em que as cadeiras ficassem enfileiradas o quadro branco em sua frente, o professor na frente dos alunos, e desta forma eles continuam considerando o professor como a maior autoridade da educação na escola.

Quanto aos recursos e materiais didáticos são poucos, mas dispões para atender ao público estudantil, a secretaria se dispõe de mandar para a escola quites de materiais esportivos, a merenda é de boa qualidade, mas em algumas vezes insuficiente para concluir o semestre. O planejamento é feito anualmente juntamente com o planejamento da zona urbana, onde não condiz com a realidade indígena, mas adaptado pela professora a realidade da comunidade.

A avaliação é continua com os alunos, nem sempre há necessidade de fazer provas, algumas vezes o nome “Prova” é substituído por atividade avaliativa para não assustar os alunos, que por serem indígenas também há o temor como todos os outros alunos não indígenas. Essas avaliações são somadas com todas as atividades desenvolvidas como: leitura, raciocínio, entre outras. Nessa escola os alunos não se dividem por sexo como é de costume em outras comunidades, são orientados pela professora a interagir entre eles discutindo suas ideias e socializando entre eles e a professora.

A escola Bekwynhmeiti tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, os professores apresentam um relatório através do diário de classe do desempenho

final de aproveitamento dos alunos ao secretário, que requer que as escolas atinjam o índice mínimo de resultado exigido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB.

O professor que está na área indígena, no primeiro momento sente o impacto por estar se relacionando com povos diferente, sem conhecer a língua deles, no segundo momento é porque ele deixou seus familiares para viver distante muitas vezes sem comunicação, por esta razão o professor procura a se dedicar mais nos trabalhos da escola, em outros momentos é necessário que o professor faça visitas nas casas, para facilitar o relacionamento e assim a professora passa a ser mais aceita na comunidade.

Devemos indagar sobre como nossos professores estão sendo formados, se é uma formação intelectual ou somente para diplomar, sabemos que existe uma especificidade em relação ao professor indígena, pois este deverá tramitar nas raízes da cultura indígena, além de compartilhar tão somente os seus conhecimentos de mundo.

Grupioni (2002) elenca alguns aspectos importantíssimos sobre a formação que o professor deve ter para trabalhar na educação diferenciada, o autor aponta para que seja formados professores até o terceiro grau, em segundo ponto, a criação de vias administrativas que facilitem a abordagem de propostas educacionais aos indígenas.

Por outro lado, o método que se utiliza para a formação inicial e continuada de professores não sujeita-se exclusivamente da proposta e das oportunidades para os futuros professores, a mesma sujeita-se a condições de cada professor em formação, dentro das Universidades ou Instituições de Ensino Superior, buscando um compromisso voltado para a educação e consecutivamente para a diversidade, assumindo um compromisso social e político para com os futuros professores. Compreender que sua multiplicidade e originalidade é um legado histórico para o nosso país e também para toda a humanidade.

Alencar (2014), afirmou que através da chegada da escola foram inseridos processos formalizados de ensino, surgindo novas técnicas de enaltecer os conhecimentos, assim como, objetivos de aprendizagens bem diferentes daqueles impostos por uma cultura de costumes corriqueiros. Nesse sentido, as primeiros processos educacionais que englobavam os indígenas eram

marcados nas perspectivas euro e etnocêntrica, que influenciaram a imagem em relação aos índios, romantizada e idealizada, que ainda hoje se observa no Brasil.

Em uma escola tradicional indígena, os alunos irão estudar as diversas disciplinas que existem, (matemática, português, ciências, história, ensino religioso e também a língua materna deles, o mebêngokrê) porém a prática pedagógica a ser utilizada pelo professor deverá ser aplicada de forma diferente, aí surge um novo problema, porque muitas das vezes a formação inicial do professor ela não é continuada, ela se aplica apenas uma realidade bem distante da realidade de escolas indígenas, surgindo um turbilhão de dúvidas de como aplicar determinada didática em sala de aula.

Conforme mencionado nos capítulos anteriores desse trabalho, Marfan (2002), vai notar que uma simples música pode abrir um leque para novas oportunidades, da para aderir a uma prática pedagógica diferenciada, e no nosso cenário quantas músicas que existem que poderiam serem levadas para sala de aula? Inúmeras, porém falta esse olhar nos professores da atualidade.

Tendo em base esses princípios, no tocante a formação de professores, é necessário averiguar sobre quais profissionais estamos formando, para quais realidades e o melhor para uma realidade concreta, onde as instituições formadoras sejam capazes de discutir a formação profissional desse futuro professor, ao invés de diploma-lo, porque não o formar?

Em nossos antepassados, os professores que trabalham na aldeia não necessariamente eram indígenas, uma grande maioria eram e ainda é composta por brancos, em um contexto histórico temos a figura dos padres bem como de todos os religiosos. Somente a partir da década de 70 que se começa a entender a importância de se formar professores indígenas para as suas escolas.

A procura pela especialização e pela formação de professores que trabalhem com a temática indígena, aumentam significativamente em meio a organizações específicas que visa completar as características socioculturais de suas comunidades, afim de atender aos princípios da escola indígena comunitária, diferenciada, intercultural, específica e bilíngue.

As práticas pedagógicas aplicadas a comunidade Apexti, são realizadas mediante a nossa vivência e conhecimentos de mundo, boa parte dos professores sentem dificuldades de trabalhar com a educação diferenciada,

justamente pela formação que muitas das vezes não trabalha aspectos que não fazem parte da nossa realidade.

De acordo com os dados obtidos pela informante dessa pesquisa, professora Valineide Ribeiro Santana a dificuldade em ensinar uma língua que não é a língua materna é um processo extremamente difícil, tanto ao aluno quanto ao professor, pois para o aluno o português é uma segunda língua, e ao professor o mebêngokrê também é uma segunda língua, que não é nem dominada por ele.

Por isso, pensar sobre a qualidade da educação indígena em nosso século tem sido um enorme desafio a ser pensado, todavia a formação não indígena tem muito o que aprender com as comunidades indígenas, sobretudo no âmbito escola e comunidade, a forma de analisar culturas diferentes e a visão de mundo próprio, valorizar e reconhecer os saberes desses povos, afim de garantir os direitos dos mesmos.

As formações ocorreram através de um processo de desconstrução de práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente com grupos de alunos não-indígenas e, muitas vezes, construídas pela imagem romantizada e/ou exótica do índio brasileiro. Assim, a abordagem pedagógica utilizada a partir das características específicas de cada povo ao qual os acadêmicos de cada turma pertencia estimulou os professores na elaboração de novas estratégias de ensino que considerassem as histórias de vida desses acadêmicos/comunidade e de suas identidades culturais. (ALENCAR, 2014, p.88)

Desenvolvemos no dia a dia dos alunos da Apexti, atividades que são ensinadas nas escolas tradicionais, o fato de eles necessitarem de uma educação diferenciada, não implica que nós enquanto professores, possamos fazer uso do mesmo ensino utilizado pelas escolas do município, o conteúdo é o mesmo, a didática que é diferenciada, uma vez que se trata de uma língua que não é a língua oficial desses povos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia, é um relato real das experiências vividas na aldeia Apexti do município de São Felix do Xingu-PA, visando melhorias em meio as práticas educacionais vigentes da comunidade.

Sabemos que a educação transforma qualquer ambiente, faz seres pensantes e contribui significativamente para o desenvolvimento em sociedade, e não sendo diferente com a educação diferenciada inclusiva que é o caso da educação indígena, ao qual permeia toda essa pesquisa.

De tudo o que foi exposto até aqui, percebemos o quão difícil tem sido o desafio de lidar com a educação, sobretudo quando essa educação é diferenciada, inclusiva e especial, como o caso da educação indígena. Percebemos que a aldeia Apexti é uma aldeia que já existe a alguns anos e que ainda assim é carente de muitas coisas, ainda mais agora, que terá de se reerguer do nada, conforme expliquei ao longo desse trabalho que a aldeia foi extinguida.

A dificuldade que tantos os professores quantos os alunos, não só da Apexti mais de todas as aldeias circunvizinhas vivenciam são desafiadoras. A distancia que separa os professores dos seus familiares, a falta de contato com os mesmo, a dificuldade em dominar uma língua que não é sua língua, a formação que não é preparadora para lidar com a realidade que os professores encontraram no dia a dia, tudo isso tem peso significativo e deve ser repensado.

Aos alunos indígenas, ressalto os desafios de aprender a língua portuguesa, o compromisso total com os estudos uma vez em que esses alunos, não dispõem do seu tempo apenas para o estudo, mais tem de conciliar entre caças, pescas, artesanatos, viagens, visto que muitos deles são convidados a se apresentarem em eventos locais sobre sua cultura e etc, e reunindo todos esses pontos, muitas das vezes não encontram forças para poder estudar.

Seria de fundamental importância que as aldeias não só do nosso município, que recebessem uma atenção maior por partes dos que retém a lei, que preparassem os profissionais que vão trabalhar na área de inclusão, oferecendo uma formação diferenciada para que esse profissional consiga trazer um diferencial, um pedagogo, um professor habilitado em magistério é bom é, mais não é o suficiente, ele não é preparado 100% para lidar com a inclusão em área indígena, por isso faz-se importante esse olhar das autoridades sobre a

formação continuada desses profissionais, para que no futuro não tão distante venhamos a ter resultados mais satisfatórios em termos de educação, que o IDEB venha mostrar novos índices, e que a educação indígena venha alavancar rumo ao progresso promissor que os esperam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 6. Ed. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 561: As origens das instituições escolares.

ALMEIDA, Eliene Amorin de; SILVA, Rosa Helena Dias da. **A Política de educação escolar indígena na década de 90**. Amazônia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM, ano 8, n. 1jan./jun.2003.

ALENCAR, Joelma Cristina Parente Monteiro. **Educação intercultural e a formação específica de professores indígenas no ensino superior**; 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/4263>> Acesso em: 11. Jan, 2019.

A educação escolar indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho, Adria Simone Duarte de Souza, Celia Aparecida Betiol, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/4761>>. Acesso em: 20. Fev, 2019.

_____. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição (1988). Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. BRASIL. Ministério Da Educação E Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. **Referencial curricular nacional para escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. BRASIL. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no Brasil: Avanços, limites e novas perspectivas.** In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia, GO. Anais..., Goiânia: ANPED, 2013. Disponível em:<http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendado_gersem.pdf>. Acesso em: 05, jan. 2019.

COSTA, M. da Silva Thelma: **A Importância da Educação Formal e Não Formal na Aldeia Kokraxmôrô Em São Felix Do Xingu-PA.** 2015

CORRÊA, Alves Luzia. COSTA, Andrade Rosenilde. **Ensino Aprendizagem Na Educação Indígena Kayapó.** São Felix do Xingu-PA 2011.

Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores educação indígena. / Marilda Almeida Marfan (organizadora). _ Brasília: MEC, SEF, 2002, 204 p. volume 4.

Educação escolar indígena. Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.funai.gov.br/index.php/educação-escolar-indigea>> Acesso em:02, jan.2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

GONÇALVES, E.; MELLO, F. **Educação Indígena.** Colégio Estadual Wolf Klabin.Telêmaco Borba, 2009. Disponível em <http://estagiocewk.pbworks.com/f/emily+e+fernanda.pdf>, acesso em 12.jan. 2019.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A Educação Escolar Indígena no Brasil: a passos lentos.** In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.). Povos indígenas no Brasil – 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o Futuro é Longe: cultura, e escola e professores indígenas no Brasil.** Tese de Doutorado em Antropologia Social, USP, 2008,237p.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; MONTE, Nietta Linderberg (coord.). **Referenciais para a formação de professores indígenas.** Secretaria de Educação Fundamental – SEF/MEC, Brasília, 2002, 84 páginas.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** MEC/LACED/Museu Nacional. 2006.

LIMA, Ângela Socorro Silva & Alencar, Joelma Cristina Parente Monteiro. **Praticas corporais e processos de educação entre os Kayapó de las casas;** 2012. Disponível

em:<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/4sncc/2013/paper/viewFile/4828/968>> Acesso em: 10. Jan,2019.

LUCIANO Gersem José dos Santos. **Educação indígena no país e o direito de cidadania plena;** 2013. Disponível

em:<<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/310/480>> Acesso em: 10. Fev.2019.

MAGALHÃES, E. D. (org.). **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas.** 3. ed. Brasília, 2005.

PRADO, I. G. A. **O MEC e a reorganização curricular.** São Paulo em Perspectiva. Vol. 14, nº 1, 2000. p. 94 – 97.

SOUSA, S. Cleide. **A literatura infantil e a prática formativa na pré-escola: dialogando com questões étnico-raciais e a educação da criança indígena.** 2014. Dissertação (mestrado em língua indígena) pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 6. Ed., Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005).** Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2006.

GLOSÁRIO

ANEXOS



Foto 1: Travessia da Ponte sobre o Rio Fresco



Foto 2: Em viagem a Aldeia



Foto 3: Aldeia Apexti



Foto 4: Gincana sobre o lixo



Foto 5: Apresentação em sala de aula

Foto 6: sala de aula



Foto 7: festas indígena



Foto:8 dança indígena



Foto 9: Sala de aula com monitor indígena

Foto 10: Alunos em sala de aula



Monitor em sala de aula.



Destruição aldeia Apexti



Destroços da aldeia